

O TRABALHO E A DINÂMICA TERRITORIAL DO CAPITAL

Marcelo Dornelis Carvalhal¹

Resumo – Nos últimos anos há um incremento considerável no emprego industrial em Marechal Cândido Rondon, saltando de 681 empregos formais em 1995 para 2.478 empregos em 2004. Tal crescimento do emprego industrial pode ser compreendido pelo processo da divisão territorial do trabalho, com especializações produtivas em locais determinados, como parecem indicar o número de empregos criados na indústria alimentícia. As determinações podem estar no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento local ou decorrentes das estratégias empresariais, de qualquer modo uma determinação não exclui a outra, havendo interação entre as necessidades capitalistas e a gestão territorial pelo Estado. A expansão industrial como expressão mais evidente da própria expansão capitalista promove um conjunto de transformações nos lugares em que ocorre.

Palavras-chave: Espaço, Território, Desenvolvimento Capitalista e Mercado de Trabalho

¹ Professor do Colegiado de Geografia da UNIOESTE/Mal. Cdo. Rondon – PR. mdcarvalhal@hotmail.com

O quadro do mercado de trabalho local revela em parte as estratégias do capital, que se evidenciam na busca por melhores condições de acumulação, ampliando as alternativas de exploração do trabalho e uso do território, na medida em que os esforços locais para atração de investimentos e de desenvolvimento permitem essa ampliação de alternativas, inclusive com participação das entidades de representação dos trabalhadores nos diversos fóruns e negociações tripartites locais, regionais ou nacionais. Isso é particularmente percebido nos municípios do interior do Brasil, em que a estagnação econômica é marcante, aparecendo os investimentos, que invariavelmente se apresentam como portadores da modernidade capitalista, protagonistas do desenvolvimento econômico e social, mas que podem ser interpretados como a oportunização do avanço capitalista a partir dos escombros da pauperização intencional de amplos territórios.

É a crônica do desenvolvimento territorial do capitalismo no Brasil, com a presença da ocupação de pequenos proprietários concomitante à grande empresa rural.

A internalização das transformações globais do capitalismo (neoliberalismo e reestruturação produtiva principalmente) ocorreu de forma a explorar as “vantagens comparativas” do

mercado de trabalho brasileiro, de mão de obra barata e relativamente qualificada, muito embora o discurso dominante a partir de então tenha frisado a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas (eufemismo para precarização das relações de trabalho) e qualificação dos trabalhadores. Essas características acentuaram a desigualdade de renda e a precarização do trabalho, com elevação do desemprego, aumento da informalidade e incremento da insegurança no emprego, como resultado da combinação de aspectos da reestruturação produtiva (terceirização, subcontratação, *downsizing*), do baixo crescimento econômico e do paradigma cada vez mais evidente da acumulação por espoliação (HARVEY: 2004), referenciando-se no modelo chinês e indiano de relações de trabalho.

É possível, através das inúmeras estatísticas que se fazem sobre o mercado de trabalho, dimensionar os diferentes tipos de trabalho, caracterizando as formas típicas do capitalismo, como o assalariamento e outras formas de emprego da mão de obra, seja pelas características do capitalismo sob a acumulação flexível, seja pelas particularidades territoriais dos lugares. Portanto é preciso levar em consideração a articulação das definições macro-estruturais do capitalismo mundializante com a participação dos meios locais nesta acumulação globalizante.

O mercado de trabalho é pois entendido no plano da circulação do capital, e a taxa de desemprego como a insuficiência de integração apresentada pelo capital quanto à totalidade da força de trabalho, que compõe as variáveis de “equilíbrio” do preço da força de trabalho. Essa tendência inexorável do capital reproduz continuamente a condição do desemprego, pois é através dele que o capital ao buscar o aumento da produtividade do trabalho realiza simultaneamente a regulação do mercado de trabalho.

Determinações estruturais da acumulação capitalista e da luta de classes que, portanto, atuam nas condições gerais do mercado de trabalho capitalista.

O quadro do mercado de trabalho local pode permitir a construção de elementos teóricos para a apreensão das estratégias do capital, que se evidenciam na busca por melhores condições de acumulação, ampliando as alternativas de exploração do trabalho e uso do território, na medida em que os esforços locais para atração de investimentos e de desenvolvimento permitem essa ampliação de alternativas, inclusive com participação das entidades de representação dos

trabalhadores nos diversos fóruns e negociações tripartites locais, regionais ou nacionais.

Estudar a articulação entre as formas conjunturais de acumulação capitalista e o caráter estrutural da crise de superacumulação (que enseja a busca por novos territórios de acumulação e exploração), está no âmbito mais amplo de nossas preocupações, e o crescimento do emprego formal em Marechal Cândido Rondon - maior do que a média do crescimento no Brasil indica, de forma



bastante tímida é verdade – algumas tendências da realocização do capital, o que inclui o município no rol de locais atrativos para a expansão capitalista.

A dinâmica territorial do emprego, presente nas diferentes expressões locais do mercado de trabalho, implica numa compreensão enviesada e parcial da divisão territorial do trabalho imposta pelo capital, pois captura o momento da circulação da mercadoria força de trabalho. Isso significa dizer que o mercado de trabalho, enquanto um conjunto de forças contraditórias, apresenta na dinâmica territorial a configuração que lhe empresta o capital, enquanto força contraditória, mas isso não responde à totalidade dessa dinâmica, pois

a luta de classe exerce também papel importante para os movimentos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital e do trabalho, algo que não se explicita diretamente nos indicadores do mercado de trabalho, requerendo para essa análise, por exemplo, a compreensão do caráter histórico-geográfico do movimento sindical, e porque não dos movimentos sociais e da própria sociedade civil, que podem interferir na remuneração da força de trabalho e/ou nas possibilidades de migração do trabalho.

O mercado de trabalho evidencia algumas características do modo próprio como o trabalho é organizado pela sociedade capitalista, o que permite de alguma forma olhar os parâmetros diferenciados espacialmente da regulamentação e utilização desta força de trabalho. Isso porque o mercado de trabalho expressa o nível desta utilização e a forma como a força de trabalho é explorada. Disso desdobra-se uma preocupação de cunho eminentemente geográfico, que é do de que como pensar na relação entre a definição macro estrutural do capitalismo mundializante e a participação dos meios locais nesta acumulação globalizante.

Desta forma a divisão territorial do trabalho ensejada pelo capital está articulada tanto à necessidade expansiva do

capital, quanto à geografia própria do capital, isso significa que ao expandir reproduz as desigualdades espaciais, com valorização em alguns lugares e desvalorização em outros. À medida que a saturação do mercado e o excesso de acumulação aumentam o capital precisa encontrar mecanismos de garantir a reprodução ampliada, seja através da valorização produtiva, seja pela reprodução virtual do capital financeiro. Assim as estratégias de deslocamento temporal e espacial como alternativas à crise de superacumulação marcam a geografia do capitalismo, cujas tendências de igualização e diferenciação ensejam a divisão territorial do trabalho, conforme SMITH:

Necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. A mobilidade do capital circulante durante surtos de desvalorização rápida torna-se um meio não para a igualização geográfica, mas uma diferenciação sobre a qual a sobrevivência do capital é firmada (SMITH, 1988, p. 188).

O papel dos investimentos produtivos na reordenação global do capital já foi apresentada por CHESNAIS (1996), o que nos interessa por ora é compreendermos que a mobilidade territorial do capital acontece sob a necessidade de adequação dos

territórios nacionais aos propósitos dos capitais investidores, isso algumas vezes pode parecer como uma tendência à liquidação dos próprios Estados nacionais, mas sua função é ainda fundamental para a gestão do capitalismo (MÉSZÁROS: 2002).

A adequação destes territórios nacionais são facilmente identificadas nos programas de ajustes patrocinados pelas entidades internacionais de gestão do capital, cuja cantilena incansável prega a necessidade de reformas estruturais na relações econômicas, mas que revelam o objetivo de ampliar a competição entre os lugares para atraírem o capital. Desta forma as grandes corporações buscam de forma geral a redução substancial dos custos de produção, escolhendo entre as alternativas possíveis a combinação de mão de obra barata e “dócil”, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado².

² Em nossa tese de doutorado tivemos oportunidade de analisar o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR do governo federal que apresenta em linhas gerais a característica acima esboçada de tornar mais atrativa a mão de obra brasileira, sob a justificativa enganosa de que o desemprego é provocado pela baixa qualificação dos trabalhadores, ver CARVALHAL (2004).

O desenvolvimento desigual do capitalismo promove a transformação na composição orgânica do capital, reciclando o avanço tecnológico anterior. Essa desigualdade se revela como um processo diferenciado de avanços regulatórios e tecnológicos no processo produtivo em determinados locais, com características inovadoras no processo produtivo e expansão do padrão tecnológico para outros locais.

Essa geografia é própria do capital, pois é uma das estratégias para a absorção do excedente de capital produzido no ciclo de reprodução ampliada, não está separada da gestão territorial realizada pelos Estados nacionais, já que o desenvolvimento pleno de regiões antes “atrasadas” podem significar a instabilidade de regiões desenvolvidas ou mesmo um acirramento global das contradições do capital, pois a expansão territorial da produção intensifica a superacumulação decorrente dela.

Como desdobramento desta “lógica locacional” os trabalhadores são convocados a se adaptarem, seja através dos deslocamentos individuais na busca dos empregos, seja quanto aos próprios impactos dessa reorganização territorial para as organizações coletivas dos trabalhadores.

A dinâmica territorial do capital possibilitada em sua TDR fragmenta as etapas do processo produtivo, escolhendo

os lugares que lhe são convenientes para a acumulação, com impactos cada vez mais planetários sobre o conjunto dos trabalhadores³

A divisão territorial do trabalho é ensejada pelo capital, com a especialização produtiva em determinadas regiões, com isso promovendo sinergias para a acumulação capitalista, isto se traduz na configuração de regiões

especializadas, atualmente conhecidas como Arranjos Produtivos Locais, que nada mais são do que a concentração espacial de setores específicos de produção que com isso garantem a economia de escala típica da formação espacial capitalista.

Porém, essa maior liberdade de circulação do capital potencializa sua lógica irracional em nível mundial, já que esse processo de intensificação de trocas

comerciais entre os países, que vem acompanhada de aumento dos investimentos estrangeiros pelo mundo, assim como um ritmo alucinante de trocas financeiras pelo globo, promove uma acelerada incorporação de capacidade produtiva, remodelando a produção das grandes corporações e intensificando o processo de concentração de capitais e de superprodução mundial.

A desvalorização da força de trabalho implícita no aumento do desemprego e na própria precarização do emprego contribui para a maior complexificação do mundo do trabalho, concomitante à queda da participação relativa do emprego industrial.

A desvalorização da força de trabalho implícita no aumento do desemprego e na própria precarização do emprego contribui para a maior complexificação do mundo do trabalho, concomitante à queda da participação relativa do emprego industrial.

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. À medida que ela diminuiu, incorporou novas qualificações, integrando-se mais, sob a lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista (o que contrasta com sua propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias). ALVES: 2000, p. 66

³ É interessante notar que o problema do desemprego mundial não é decorrente apenas da falta de emprego, mas da própria destruição de formas tradicionais de trabalho decorrentes da expansão capitalista, ou seja, o capital cria sua própria negação com a expansão, provocando a desvalorização da força de trabalho, que é a face transviada de sua crise estrutural, com os trabalhadores expropriados tendo que se empregarem sem que existam empregos para eles.

Essa desvalorização é possível com o progresso técnico, que provoca usos renovados da força de trabalho, assim como a reaparição de formas “tradicionais” de desuso (desemprego), desta forma, é necessário um questionamento sobre a qualificação como realocação da força de trabalho para intensificação de seu uso, já que a qualificação não é expansível a todas às “novas” atividades do mundo do trabalho.

Embora isso possa ser válido quando se analisa genericamente a dinâmica do mercado de trabalho é importante salientar que esse processo é espacialmente diferenciado, com incremento e diminuição ocorrendo simultaneamente em vários lugares, o que de alguma forma pode caracterizar um deslocamento territorial e setorial do proletariado industrial.

ELEMENTOS CENTRAIS PARA A LEITURA GEOGRÁFICA DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho evidencia algumas características do modo próprio como o trabalho é organizado pela sociedade capitalista, o que permite de alguma forma olhar os parâmetros diferenciados espacialmente da regulamentação e utilização da força de

trabalho. Isso porque o mercado de trabalho expressa o nível desta utilização (pessoal ocupado) e a forma como a força de trabalho é explorada.

É possível, através das inúmeras estatísticas que se fazem sobre o mercado de trabalho, dimensionar os diferentes tipos de trabalho, caracterizando as formas típicas do capitalismo, como o assalariamento e outras formas de emprego da mão de obra, seja pelas características do capitalismo sob a acumulação flexível, seja pelas particularidades territoriais dos lugares. Portanto é preciso levar em consideração a articulação das definições macro-estruturais do capitalismo mundializante com a participação dos meios locais nesta acumulação globalizante.

A precarização assume então importância fundamental como nexos explicativo de um mercado de trabalho idealmente visto como não-precário, o que é um falseamento conceitual, já que sob o capital todo trabalho é precário, porém justificável na medida em que os paradigmas da regulação fordista e toyotista pleiteiam uma condição humanizante para a exploração do trabalho.

O ponto central em nossa análise é a compreensão de que o desemprego e a precarização do emprego não são variáveis tecnicamente neutras, que não possam ser analisadas sob o crivo da luta de classes, pois, a adoção seletiva dos paradigmas

técnicos e organizacionais da reestruturação produtiva atinge desigualmente os setores econômicos e os lugares da acumulação capitalista, construindo a territorialidade do capital, que tem no deslocamento espacial e temporal, trunfos que utiliza para exercer seu domínio sobre a totalidade social, ora unificando campo e cidade sob o paradigma do assalariamento, ora promovendo diferenciações nas relações de trabalho, como a subordinação da mão de obra familiar através dos contratos de integração.

O contexto mais recente do mercado de trabalho brasileiro tem como parâmetros o processo de adequação da economia brasileira aos paradigmas neoliberais parametrizados pelo Consenso de Washington. Desde a presidência de Fernando Collor de Melo um conjunto de medidas vem sendo tomadas no sentido de garantir a atratividade do Brasil ao capital estrangeiro, seja produtivo ou não. Para isso, além da abertura comercial e paridade cambial (vigente de 1995 a 1999), foi necessário o refreamento do movimento sindical em ascensão desde a década de 1980, que de alguma forma poderiam ser um entrave ao

modelo de internalização da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil.

Essa internalização das transformações globais do capitalismo (neoliberalismo e reestruturação produtiva principalmente) ocorreu de forma a explorar as “vantagens comparativas” do mercado de trabalho brasileiro, de mão de obra barata e relativamente qualificada, muito embora o discurso dominante a partir de então tenha frisado a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas

O contexto mais recente do mercado de trabalho brasileiro tem como parâmetros o processo de adequação da economia brasileira aos paradigmas neoliberais parametrizados pelo Consenso de Washington

(eufemismo para precarização das relações de trabalho) e qualificação dos trabalhadores. Essas características acentuaram a desigualdade de renda e a precarização do trabalho, com elevação do desemprego, aumento da informalidade e

incremento da insegurança no emprego, como resultado da combinação de aspectos da reestruturação produtiva (terceirização, subcontratação, *downsizing*), do baixo crescimento econômico e do paradigma cada vez mais evidente da acumulação por espoliação (HARVEY: 2004), referenciando-se no modelo chinês e indiano de relações de trabalho.

No estudo que estamos realizando priorizamos a análise do trabalho no plano da circulação da força de trabalho,

portanto, queremos com essa ressalva deixar claro que existe um conjunto amplo de sentidos e significados que se articulam com o mundo do trabalho e que, portanto, não podem ser reduzidos à esfera do trabalho-mercadoria, como quando falamos do emprego.

As transformações no processo produtivo capitalista são as determinações mais visíveis do processo de precarização do mercado de trabalho, isso porque a reestruturação produtiva provocou grande aumento da produtividade do trabalho, eliminando com isso um montante considerável de empregos industriais no mundo, com efeitos mais visíveis nos países desenvolvidos. No



entanto a leitura desta relação entre reestruturação produtiva e precarização não deve ficar restrita ao ambiente fabril e nem tampouco à maquinificação do trabalho, já que no processo de reorganização do trabalho inspirados no toyotismo ocorre o aumento da intensidade do trabalho.

Também tributários desta reorganização produtiva podemos verificar a fragmentação das unidades produtivas, com a terceirização e conseqüente redução dos parques industriais, no limite esta

terceirização levou ao aumento do trabalho autônomo, estratégia bastante utilizada no Brasil para burlar a legislação trabalhista.

No entanto, se isso é válido para países que conheceram a condição de um mercado de trabalho estruturado, até que ponto é possível importarmos essa explicação para a realidade brasileira? E mais do que isso quais os efeitos diretos e indiretos para uma realidade tão complexa como o campo brasileiro, em que a modernização aparece unicamente associada à grande exploração agrícola, mas

que transparece também na pressão constante que os pequenos produtores imersos no mercado capitalista estão sujeitos para se adequarem às

diversas normas de produção.

Isto nos remete diretamente a forma própria de (re)criação constante do território capitalista, com a formação de alternativas espaciais para sua crise de acumulação, porém fazendo isso sob o controle político dos Estados nacionais dominantes nas relações internacionais, ou seja, garantindo através de diversos instrumentos (inclusive a sabotagem e quando necessário intervenção militar direta) a manutenção de um desenvolvimento dependente.

A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro é parte da estratégia de ampliação dos territórios possíveis de exploração da mão de obra, baseada na mais valia absoluta, fazendo crer que os trabalhadores brasileiros estão em competição direta com os trabalhadores chineses e indianos, e portanto devem aceitar a degradação das condições de trabalho. É aqui que fica claro o caráter classista dos diferentes ajustes macroeconômicos experimentados no país ao longo da década de 1990, invertendo o sentido das lutas sindicais dos anos 1980 de busca de conquistas sociais para a defesa destas mesmas conquistas.

É nesta operação de criação de territórios passíveis de exploração predatória do trabalho e dos recursos naturais que a estratégia espacial do capital demonstra sua inviabilidade estrutural, já que evidencia o caráter reversível das conquistas sociais nos países desenvolvidos, isso através da manutenção do subdesenvolvimento como antípoda de sua condição - aparentemente possível - de conciliação dos interesses capitalistas e dos trabalhadores, que retornam a estes países seja como degradação das condições locais, seja pela migração crescente. Também a intensificação – e conseqüente acirramento das tensões sociais – do controle político interno e externo às fronteiras nacionais é o desdobramento necessário do

aviltamento planetário das condições ambientais da humanidade⁴.

A partir da década de 1960 uma nova forma de gestão do capitalismo mundial passou a se constituir como alternativa para o keynesianismo pós-guerra, tendo como prerrogativas fundamentais o liberalismo clássico, a essa gestão macroeconômica soma-se a gestão da força de trabalho a partir das experiências nipônicas, com isso a mundialização do capital, que ganha contornos sólidos com a dissolução da União Soviética, é acompanhada da disseminação de novas formas de gestão do trabalho, consolidadas no toyotismo, cujo impacto direto no mercado de trabalho é a diminuição dos postos de emprego, assim como o aumento da inserção precária dos trabalhadores no mercado.

Um dos indicadores que demonstram o impacto das reformas econômicas no país, com maior inserção da reestruturação produtiva na década de 90 no Brasil é a diminuição da relação entre o crescimento econômico e o emprego (POCHMANN: 2001), ou seja, mesmo em conjunturas de relativo crescimento o

⁴ Diferentemente da compreensão comum sobre o meio ambiente, em que a sociedade é exteriorizada da natureza e do próprio meio ambiente, incluo como unidade da totalidade ambiente o próprio homem, que na sociedade historicamente constituída do capitalismo se apresenta como explorador/explorado pelo próprio homem e da natureza.

aumento do emprego não acompanhou esse incremento.

Tabela 1 – Elasticidade produto-emprego

	Produto-Ocupação	Produto-Emprego
1940-1970	0,37	0,89
1980	1,17	0,81
1990	0,69	0,53

Fonte: POCHMANN, 2001.

Se a forma característica do capital enfrentar sua crise estrutural é a intensificação da extração de mais-valia, isso não significa apenas a ampliação do trabalho morto, mas também através das próprias reformulações na gestão do trabalho, com aumento da intensidade do trabalho pela tentativa de captura da subjetividade do trabalho, como acontece no toyotismo. Ou seja, o capitalista utiliza a mais valia relativa combinada à mais valia absoluta para aumentar a extração de valor do trabalho.

Esta ofensiva do capital deve ser entendida também no plano político, com a adoção do neoliberalismo como doutrina econômica para a gestão da crise do capital, isso significou em dilapidação dos direitos trabalhistas conquistados durante décadas nos países desenvolvidos e no Brasil desde a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir do governo Collor (1990-1992) até Lula (2003-) isso se traduziu nas alterações da legislação trabalhista como forma de

aumentar a atração do país para os investidores estrangeiros sob a acusação de que o mercado de trabalho no Brasil é muito rígido, não permitindo às empresas no Brasil competirem no mercado internacional.

A flexibilidade é uma constante na história capitalista e sua adoção como paradigma da restauração do capital (BRAGA: 1996) apenas intensifica uma tendência estrutural. Para entender seu uso pelo capital é preciso compreender a natureza da crise estrutural no contexto da luta de classes, já que isso significa estratégias do capital para minar o poder de barganha dos trabalhadores na confrontação sobre qual a parte do valor produzida pelo trabalho ficará com o capitalista ou com o trabalhador.

As conseqüências mais expressivas da fragmentação do mundo do trabalho para a classe trabalhadora foram sintetizadas por ANTUNES (1999):

- Setores mais qualificados do proletariado estão sujeitos às ações de caráter neocorporativo, portanto estão contribuindo pouco para ações coletivas anti-capitalistas. Enquanto que os setores precarizados que se organizam para estas ações.
- Nova divisão social e sexual do trabalho, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho se por um lado significa uma emancipação parcial da opressão masculina por outro o capital transforma em fontes de desigualdades no mercado de trabalho;

É neste sentido que o autor pondera a necessidade de uma noção contemporânea e ampliada da classe trabalhadora para conferir vitalidade teórica e analítica para o mundo do trabalho, fundamental para a compreensão destes novos embates, pois a classe trabalhadora incorpora a totalidade do trabalho social (material, não material ou imaterial), vinculação exclusiva pelo assalariamento, incorporando trabalhadores improdutivos, é obviamente uma noção mais ampla do que o emprego industrial, que de alguma forma pautou a constituição das lutas sindicais nas últimas décadas, mas que hoje não pode ser a referência exclusiva de

classe trabalhadora (ANTUNES: 2003).

Desta forma ao movimento operário é fundamental a compreensão da utilização do território como estratégia classista da burguesia, que amplia a mobilidade do capital na esteira de sua busca pela acumulação ampliada, o que invariavelmente significa uma ofensiva contra os trabalhadores, intensificando a apropriação da mais-valia. A expansão do emprego formal em Marechal Cândido Rondon é a expressão desta dinâmica já que ela ocorre com aumento do emprego fabril, ligado à agroindustrialização, principalmente com a avicultura. Compreender esse processo de transformações no mercado de trabalho local pode contribuir no entendimento da dinâmica territorial do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALVES, Giovanni **O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo** São Paulo/SP: Boitempo, 2000 (1ª edição).

ANTUNES, Ricardo **Os sentidos do trabalho** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);

ANTUNES, Ricardo [2003a] “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas” In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M.A. **Além da fábrica.** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p.213-224;

CARVALHAL, Terezinha Brumatti **Gênero e classe nos sindicatos.** Presidente Prudente/SP: Projeto Editorial Centelha, 1994. (1ª edição);

CHESNAIS, François **A mundialização do capital** São Paulo/SP: Xamã, 1996. (1ª edição);

HARVEY, David **O novo imperialismo** São Paulo: Loyola, 2004

MÉSZÁROS, István **Para além do capital** São Paulo/SP: Boitempo, 2002. (1ª edição);

POCHMANN, Marcio **A década dos mitos** São Paulo/SP: Contexto, 2001;

SMITH, Neil **Desenvolvimento desigual** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1988. (1ª edição);

Abstract – In recent years there is a considerable increase in employment in industrial Marechal Cândido Rondon, jumping from 681 formal jobs in 1995 to 2,478 jobs in 2004. This growth in industrial employment can be understood by the process of the territorial division of labour, with specializations productive in certain places, such as seem to indicate the number of jobs created in the food industry. The determinations may be in the context of public policy for local development or arising out of business strategies in any way a determination not exclude the other, with interaction between the needs capitalists and territorial administration by the state. The industrial expansion as an expression of the clearest capitalist expansion promotes a set of transformations in places where occurs.